

Cai destruição da Mata Atlântica

Atlas revela que desmatamento anual da floresta diminuiu 55% desde 2008

Renato Grandelle

Enquanto a Amazônia agoniza com a explosão de seus índices de desmatamento, anunciados na semana passada, a Mata Atlântica segue na direção oposta. A sexta edição do Atlas dos Remanescentes Florestais do bioma indica que o corte de árvores, em seu perímetro, sofreu uma redução anual de 55% entre 2008 e 2010, em relação aos três anos anteriores. Entretanto, os índices positivos são, ao menos em parte, explicados pela própria situação crítica

do bioma. De tanto que foi desmatado, sobrou pouco para cortar.

Os próprios coordenadores do estudo recomendam cautela na interpretação dos números. Há o temor de que a aprovação do Código Florestal acabe com a tendência de restauração da vegetação.

Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), organizadores do levantamento, o bioma perdeu, nos últimos três anos, 311,95 quilômetros quadrados. É o equivalente a 31 mil campos de futebol, ou a oito vezes o tamanho do Parque

Nacional da Tijuca. Não é pouca coisa, mas é menos do que se registrava antes. E mesmo os estados que encabeçam o ranking dos desmatadores, Minas Gerais e Bahia, registraram uma diminuição brusca no corte de suas matas. No primeiro, a taxa média anual caiu 43%; o segundo apresentou uma queda de 52%.

— Hoje temos uma lei, homologada em 2008, que regulamenta o espaço e a exploração do bioma — lembra Marcia Hirota, diretora de Gestão do Conhecimento e coordenadora do Atlas pela SOS Mata Atlântica. — Há mais fiscalização e

consciência da sociedade.

Os avanços vieram em boa hora. Nas áreas florestais acima de 100 hectares, sobraram apenas 7,9% da cobertura original. Restam áreas que salvaram-se da devastação basicamente por seu difícil acesso, como a Região Serrana fluminense e o corredor sul do estado.

O Rio, segundo Marcia, não testemunha grandes desmatamentos desde o século passado. Aqui, como em São Paulo, o desflorestamento ocorre em “efeito formiga” — ou seja, as áreas devastadas têm até três hectares, tão pequenas que não são

detectadas pelos satélites do Inpe. E hoje, Dia Nacional da Mata Atlântica, o secretário do Ambiente do Rio, Carlos Minc, anuncia a duplicação das áreas fluminenses protegidas desde 2009. Nos últimos dois anos, 13 cidades passaram a ter suas próprias unidades de conservação. Apenas 16 dos 92 municípios do estado ainda não contam com estes espaços.

Na Bahia e Minas Gerais, por sua vez, os desmatadores concentraram-se em matas secas, no interior desses estados. A cobertura original da floresta foi transformada em carvão vegetal, atendendo a indústria siderúrgica. Agora, a região passa por plantio com eucalipto, o que também desagrada a SOS Mata Atlântica.

— Como esta produção foi gerada às custas do patrimônio nacional, ela não deve ser levada para consumo — defende Marcia. — A conscientização da sociedade e as políticas públicas, como projetos municipais de proteção à Mata Atlântica, também explicam a redução do desmatamento.

Marco zero para Código Florestal

• As mudanças na legislação ambiental provocam arrepios entre os especialistas no bioma. O novo Atlas já é considerado o marco zero da flexibilização do Código Florestal.

Entre os pontos críticos está a exigência de reflorestar apenas 15 metros (e não os atuais 30) de áreas desmatadas às margens de rios de até 10 metros de largura, considerados Áreas de Proteção Permanente.

— As nascentes dos rios ficarão sem proteção nas margens — denuncia Marcia. — Medidas como esta vão comprometer o fluxo hídrico das bacias que abastecem nossas metrópoles. A captação dos reservatórios será cada vez mais prejudicada por rios assoreados, pela falta de mata ciliar. Não dá para dizer ainda se o Código Florestal aumentará o desmatamento, mas certamente ele dificulta o trabalho de restauração.

O Inpe cogita levantamentos para analisar o impacto provocado pela nova legislação. Atualmente, seus satélites são cegos a áreas menores de 13 hectares. Seus técnicos avaliam aumentar esta resolução em áreas específicas.

— Talvez tenhamos de eleger áreas muito vulneráveis e aplicar imagens de resolução mais refinada — opina Flávio Jorge Ponzoni, coordenador técnico do Atlas pelo Inpe. — O trabalho seria muito menos abrangente do que nosso estudo atual da Mata Atlântica, mas conseguiria monitorar as consequências do novo Código Florestal.

Há 25 anos vigiando o bioma, o Inpe observou dois campeões incontestáveis em desmatamento. Paraná e Santa Catarina, juntos, foram responsáveis por 42% de todo o corte de vegetação deste período. Grande parte deveu-se à extração da madeira de araucária. ■

CONHEÇA OS NÚMEROS

DESFLORESTAMENTO TOTAL (em hectares)

1985-1990
466,9 mil

1990-1995
500,3 mil

1995-2000
445,9 mil

2000-2005
174,8 mil

2005-2008
102,9 mil

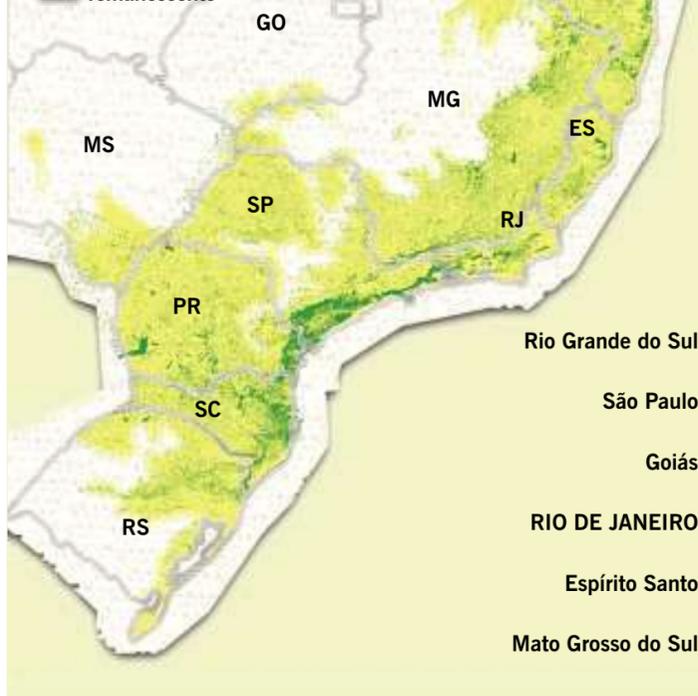
2008-2010
31,2 mil

A área desmatada equivale a 2,5 vezes o município de Niterói



A nova edição do Atlas da Mata Atlântica mostra que, entre 2008 e 2010, foram destruídos 311,95 km² de florestas — quase o equivalente à área de Belo Horizonte ou a de oito vezes o Parque Nacional da Tijuca. Minas Gerais, Bahia e Santa Catarina são os estados de maior desflorestamento. No balanço dos últimos 25 anos, porém, o maior desmatador é o Paraná. Em todo o país, segundo o Atlas, houve uma redução de 55% na taxa anual de desmatamento, em relação aos três anos anteriores (2005-2008). Em parte, esta diminuição é explicada pela falta de áreas com vegetação para ser derrubada

Área original (em 1500)
Área remanescente



ESTADOS QUE MAIS DESMATARAM ENTRE 2008 E 2010

Minas Gerais	12.467 hectares
Bahia	7.725
Santa Catarina	3.701
Paraná	3.248
Rio Grande do Sul	1.864
São Paulo	579
Goiás	320
RIO DE JANEIRO	247
Espírito Santo	237
Mato Grosso do Sul	117

Diagnóstico pulmonar via internet

Sistema facilita e acelera conhecimento de males respiratórios à distância

Cesar Baima

• Muitas cidades Brasil afora têm uma máquina de raios X em seus postos de saúde, mas o único médico disponível costuma ser um clínico geral, que pode ter dificuldades em interpretar as chapas e fazer diagnósticos, principalmente de doenças pulmonares, como tuberculose e pneumonia. Para enfrentar o problema, a Coppe/UFRJ, em conjunto com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF), desenvolveu um sistema que usa a internet para facilitar o diagnóstico de males respiratórios, em

que radiologistas de plantão fornecem uma segunda opinião ou confirmam à distância os achados dos profissionais locais.

Batizado scanRX, o sistema une com perfeição — e mantendo a alta resolução — os pedaços das chapas de grandes dimensões digitalizados com um escâner de mesa comum, bem mais barato do que os escâneres especiais utilizados na radiologia, que chegam a custar R\$ 20 mil. Além disso, uma interface amigável permite que ele seja usado por qualquer profissional da área de saúde, sem a necessidade de conhecimentos específicos de informática ou radiologia, explica Amit Bhaya,

professor do Programa de Engenharia Elétrica da Coppe e coordenador do projeto.

— Nosso software “costura” as imagens parciais sem deixar marcas ou sumindo com estruturas, o que pode prejudicar o diagnóstico — diz. — Existem escâneres para uso médico de grande porte, mas eles custam muito caro, o que não é viável para um sistema de saúde com sérios problemas de recursos como o do Brasil.

Já a radiologista Alexandra Monteiro, professora da Uerj e coordenadora do núcleo do Rio do Programa Telessaúde Brasil, destaca que o sistema permite uma maior agilidade no aten-

dimento, beneficiando tanto pacientes quanto médicos.

— Doenças crônicas como a tuberculose estão recrudescendo no país — conta. — Este sistema reduz barreiras geográficas e acelera os diagnósticos. Muitas vezes, o paciente vai para um centro, é encaminhado para outro e isso tudo leva tempo, prejudicando sua saúde.

Mas não são só comunidades isoladas que podem se beneficiar do scanRX. No Rio, ele já está sendo usado em sete Unidades de Pronto Atendimento, onde a atenção muitas vezes é dada por bombeiros, e ajudou no diagnóstico de mais de 500 casos, a maioria de pneumonia. ■

Falta de profissionais faz Brasil importar químicos

• A química pode ser uma das principais armas para a humanidade enfrentar alguns dos maiores problemas que a afligem ultimamente, das mudanças climáticas à fome. Apesar disso, o Brasil carece de profissionais no setor e tem que “importar” químicos, conta César Zucco, presidente da Sociedade Brasileira de Química (SBQ), que ontem encerrou sua 34ª reunião anual.

Ao longo da semana, mais de 4,4 mil profissionais, pesquisadores e estudantes debateram em Florianópolis os rumos da química no país e no mundo, abordando temas como a conversão de CO₂ em combustíveis, a ecologia química dos oceanos e a “química verde”, que pretende substituir materiais tóxicos usados em várias indústrias.

— Nos EUA, a indústria química fatura US\$ 670 bilhões por ano. No Brasil, foram US\$ 123 bilhões em 2010, sem contar as indústrias petrolífera e farmacêutica — diz Zucco. — A química não emprega muito, mas emprega bem. Apesar disso, falta gente. Importamos profissionais.

Segundo ele, essa carência é reflexo da má formação dos brasileiros desde o ensino fundamental, problema que afeta outras áreas de ciências exatas, como física e matemática. (Cesar Baima) ■